

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Sousa — Borsari Neto — Fuad Naeli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quil-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 219.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 8 de Novembro de 1973 — (5.^a Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, João Mansur, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Paulo Camargo e Quielse Crisóstomo (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 236-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 273-67, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que transfere à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguai, São Jorge e Novo Bilac. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGENCIA**. — Encerrada a discussão. — Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 12, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 237-73.
Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 220.^a Sessão Ordinária Realizada em 8 de Novembro de 1973 — (5.^a Feira)

Presidência do Sr. Deputado Odilon Reinhardt; secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e David Federmann.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, João Mansur, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Paulo Camargo e Quielse Crisóstomo (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**,

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

MENSAGENS:

MENSAGEM
96/73

Curitiba, 26 de outubro de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **EMÍLIO GOMES**

Governador do Estado

Termo de convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, como abaixo se declara:

Aos 14 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Senhor Secretário de Estado General Mario Carneiro Portes; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — na presença do Exmo. Senhor Secretário de Estado Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães — por seus Diretores Geral, Técnico e Administrativo, respectivamente Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo, Engenheiro Vitor Volpi e Bacharel Ivo Casagrande; e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal Nelson de Freitas Barbosa, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 5904-73-DEOE, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto

1.1. — O objeto do presente convênio é a obra da construção, na sede do Município de Paranaguá, do prédio destinado ao Instituto Médico Legal, de acordo com a ordenação técnica constante do projeto arquitetônico próprio, da Prefeitura Municipal (referência P.M. n.º GAP. 1-73 e referência D.E.O.E. n.º 5.791), e com observância da especificação correspondente.

1.1.1. — A obra diz respeito a prédio térreo em alvenaria de tijolos, estrutura de concreto armado, área (de construção) de 397,89m² (trezentos e quarenta e sete metros e oitenta e nove decímetros quadrados), contendo dependências para administração, expediente, médico, plantão, peritagem, cantina, arquivo, laboratório fotográfico, com câmara escura, velório, espera, necrópsia, recepção, câmara frigorífica, exames ginecológicos, motores, sanitários, hall e circulação.

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1. — A execução da obra dar-se-á junto à Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, em terreno pertencente ao Patrimônio Público do Estado e situado na Rua Padre Albino, entre as ruas Júlia da Costa e Vieira dos Santos.

2.2. — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir da data a ser fixada pelo Departamento em sua autorização para início dos trabalhos.

2.2.1. — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, previamente indicado pela Prefeitura Municipal e aprovado pelo Departamento.

2.2.2. — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal.

2.3. — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria de Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à providência social e a acidente do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4. — A execução da obra será conduzida sob a permanente fiscalização do Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução a prover-lhe as condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a catar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projeto e especificação, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.^a qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1. — Para o custeio da obra a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal contribuirão, cada uma com a importância de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), sendo que a Secretaria da Segurança o fará por meio dos recursos de que trata o sub-item 3.1.1. deste instrumento enquanto que a Prefeitura Municipal o fará por meio de recursos provenientes do Crédito Especial aberto em conformidade com a autorização contida na Lei Municipal n.º 893, de 23.12.72.

3.1.1. — A contribuição da Secretaria da Segurança dar-se-á, pelo montante de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), à conta de recursos provenientes da sua Dotação Orçamentária própria de 1972 (Dotação 72-2.9-43-07-0, Lei Estadual n.º 6.253, de 03.12.71, e pelo montante de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), à conta de recursos provenientes do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102 de 27.5.70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409 de 13.6.73).

3.1.2. — Relativamente aos recursos provenientes da Dotação Orçamentária-72 foi extraído em 29.12.72 pelo Departamento — após o devido repasse da Secretaria da Segurança e dada a sua condição de Unidade de Execução Delegada o empenho de verba sob n.º 2.712-72 (consignação 4.1.1.0) o qual se acha devidamente inscrito na relação de "Restos a Pagar" de 1972, do D.E.O.E. relativamente aos recursos provenientes do FUNRESPOL, será pelo Serviço Administrativo desta oportunamente extraído formalizado o necessário empenho de verba, seguido de repasse financeiro ao Departamento.

3.2. — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão pela Tesouraria-DEOE, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento em 8 (oito) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1. — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluídas as fundações;

3.2.2. — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluída estrutura de concreto armado e executados 75% (setenta e cinco por cento) da alvenaria de tijolos;

3.2.3. — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluídas alvenaria de tijolos e a cobertura;

- 3.2.4. — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluídas tubulação da rede elétrica a rede de esgoto e a laje do piso;
- 3.2.5. — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando colocadas as esquadrias metálicas e concluídos o emboço e o reboco.
- 3.2.6. — Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) quando concluídos revestimento dos tetos e dos pisos de madeira, e colocados os vidros e as esquadrias de madeira;
- 3.2.7. — Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) quando concluídos os revestimentos hidráulicos de pisos e paredes, os peitoris e soleiras e as instalações elétrica e hidráulica.
- 3.2.8. — Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), quando inteiramente concluída a obra e aceita pela Comissão encarregada do seu recebimento.

CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

- 4.1. — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por três Engenheiros do Departamento, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projeto e especificação.
- 4.1.1. — A comissão poderá ser integrada, além dos Engenheiros do Departamento, por um representante da Secretaria da Segurança, devidamente qualificado e credenciado.
- 4.1.2. — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria de Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta dentro das finalidades de sua destinação.

CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

- 5.1.1. — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convenio.
- 5.1.1. — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convenio

- 6.1. — O presente convenio poderá ser rescindido por mutuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interposição judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dúvidas, e do Foro

- 7.1. — Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convenio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionalmente estas, desde já, o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dela surjam.

CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

- 8.1. — Subsidiariamente se aplicarão, ao presente convenio as disposições das leis e dos decretos em vigor nos casos nele não expressamente regulados.

CLAUSULA NONA — Da Validade e Vigência

- 9.1. — O presente convenio se tornará válido e vigente após a sua publicação no Diário Oficial do Estado, cumpridas as formalidades legais.
- E por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convenio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma.
- MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário da Segurança Pública do Estado.
- OSIRIS STENGHEL GUIMARAES — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
- NELSON DE FREITAS BARBOSA — Prefeito Municipal de Paranaguá
- ROLF LUKEMOSS DE CRISTO — Diretor Geral do D.E.O.E.
- VICTOR VOLPI — Diretor Técnico do D.E.O.E.
- IVO CASAGRANDE — Diretor Administrativo do D.E.O.E.
- A Comissão de Constituição e Justiça
- MENSAGEM 97-73

Senhor Presidente.

Curitiba, 26 de outubro de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

CONVENIO

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ipiranga com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dr. Osvaldo Scheffer Portela, Prefeito Municipal de Ipiranga, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 513, de 10.09.1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convenio

Fixar as reciprocas obrigações que permitam melhor atendimento a população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com utilização de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção de ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convenio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ipiranga, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste contrato, digo, deste convenio e empreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- b) Indiretamente, através, digo, mediante contrato com empresas privadas especializadas:
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retificação ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições de Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando, digo, ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 12 de setembro de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

OSVALDO SCHEFFER PORTELA — Prefeito Municipal

rs. Hegível — Testemunha

as. Hegível — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA

CONVENIO

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Francisco Alodio Escorsin, Prefeito Municipal de Joaquim Távora, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 75 (item VII) da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2 de 18.07.73), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 480 de 03.09.73 resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convenio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária), Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle especificados haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio que produza ou seus efeitos legais. Curitiba, de _____ de 1973.

GAL. MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

FRANCISCO ALODIO ESCORSIN — Prefeito Municipal

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pinhão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 19 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Atilio Chaves Ferreira, Prefeito Municipal de Pinhão, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102-72 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 09 de 17.07.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes de providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados do Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Pinhão, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos revendedores ou produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 19 de julho de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Atilio Chaves Ferreira — Prefeito Municipal de Pinhão

Testemunha:

(Ass. ilegível)

Testemunha:

(Ass. ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOUÇAS

C O N V E N I O

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rebouças, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jeronimo Cabral Perussolo, Prefeito Municipal de Rebouças, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 250 de 04-09-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processos Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Rebouças, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleo lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta ou longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 12 de setembro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Jeronimo Cabral Perussolo — Prefeito Municipal de Rebouças

Testemunha:

(Ass. ilegível)

Testemunha:

(Ass. ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM**CONVÊNIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rio Bom, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Yoshitake Higa, Prefeito Municipal de Rio Bom, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 192 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 011 de 11-09-1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação.

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Rio Bom, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos.

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais.

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores.

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores.

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos.

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação.

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 17 de setembro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

João Yoshitake Higa — Prefeito Municipal de Rio Bom

Testemunha:

(Ass. ilegível)

Testemunha:

Antônio Carlos Badziak

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

98-73

Curitiba, 26 de outubro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Alto Paraná, Pérola D'Oeste, Pirai do Sul e Roncador, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ **C O N V Ê N I O**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Alto Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Sr. Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Agostinho Alcides Stefanello, Prefeito Municipal de Alto Paraná, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento - Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração Policial Civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos, na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos, ou;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e conservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 30 de abril de 1973

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Agostinho Alcides Stefanello — Prefeito Municipal de Alto Paraná

José M. do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

C O N V Ê N I O

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 31 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Henrique Bertholdo Berti, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 13-73 de 19 de junho de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos.

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação.

VI — Conserto e preservação de material, mobiliários e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para a execução e controle específicas, haverá delegação à chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionados prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 31 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Henrique Bertoldo Berti — Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 04 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Samuel Milléo, Prefeito Municipal de Pirai do Sul tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 353 de 03.09.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular c seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem com útil aproveitamento de dotações de FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes

constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 4 de setembro de 1.973.

Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança
(Assinatura Ilegível)
Prefeito Municipal
(Assinatura Ilegível)
Testemunha
(Assinatura Ilegível)
Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 4 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General R1 Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná e o Senhor Augusto Becher, Prefeito Municipal de Rondonópolis, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (item VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-2-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 8-73 de 1-9-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências da manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 4 de setembro de 1.973.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Augusto Becher

Prefeito Municipal

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 3-73, do Senhor Adir Antonio Domingues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, Olaria, Cal e Gesso, Ladrilhos, Produtos de Cimento Armado, Cerâmica para Construção, Mármore e Granito de Ponta Grossa, comunicando haver sido eleita a nova Diretoria daquela Entidade, para reger os destinos da mesma durante o triênio 1973-1976. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Ruy Santos, Primeiro Secretário do Senado Federal, nos seguintes termos:

Comunico Vossência que vg em Sessão realizada 24 corrente vg Senador Geraldo Mesquita foi eleito et empossado cargo de 4.º Secretário Senado Federal Pt Sds. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do Senhor Walter Peracchi Barcellos, nos seguintes termos:

Renovo a Vossência por seu intermédio aos Ilustres Deputados meu reconhecimento com referência especial ao Deputado Olavo Ferreira pelas honrarias e gentilezas de que fui alvo juntamente com minha mulher pt Aqui fico inteiramente ao dispor de Vossência et seus Ilustres Pares com a segurança de que não deslustrarei o Título que me concederam pt Sds. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo passamento ocorrido ontem, na cidade de Ponta Grossa, da Senhora Maria Menezes, esposa do Senhor Durval Menezes.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, requerem ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo trágico e prematuro desaparecimento do jovem e dinâmico Prefeito Municipal de Bocaitiva do Sul, Senhor Carlos Alberto Ribeiro.

Jovem ainda, o mais novo Prefeito Municipal eleito no Brasil, faleceu vítima de acidente, enlutando a coletividade do vizinho Município, além de deixar uma lacuna difícil de ser preenchida no seio daquela sociedade.

Da decisão da Casa, requerem seja dado conhecimento à família enlutada e à Câmara Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(aa) Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Antônio Costa e Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente Requer, o envio de expediente ao Senhor Eng. Arturo Andreoli, Digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Eletrificação — COPEL, solicitando providências do mesmo, no sentido de que determine a extensão dos benefícios provenientes da instalação de rede de energia elétrica, para as localidades de Central Santa Cruz, que dista 12 Kms. da sede do Distrito de Cafelândia, no Município de Cascavel, e Braganç, localizada no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

As localidades de Central Santa Cruz e de Braganç, localizadas respectivamente nos Municípios de Cascavel e Corbélia, vem colaborando eficaz e preponderantemente para o desenvolvimento da Região Oeste do Estado.

É viável, natural, justa e portanto compreensível e indiscutível, que, em face de tal desenvolvimento, desejem para si e para sua população os benefícios oriundos do progresso porque passa atualmente toda aquela região.

Baseados, nesta pretensão, é que condicionados como representante daquela Região nesta Assembleia Legislativa, nos permitimos dirigir à Direção da COPEL, Companhia de Eletrificação do Paraná, para que a mesma venha a determinar a inclusão daquelas localidades, dentre as tantas que deverão ser beneficiadas com o futuro plano de expansão de rede de energia elétrica daquela companhia dentro do mais breve lapso de tempo, principalmente se considerarmos a facilidade para a implantação de tal projeto, em face da ótima situação física das localidades dentro de seus respectivos Municípios. Já possuidores de rede instalada pela COPEL.

Conhecedores da dinâmica que orienta a política de realizações daquela empresa, não nos poderíamos furtar à certeza de que, em breve lapso de tempo, haveremos de ver a presente reivindicação atendida, não somente para o goáudio e benefício daquelas localidades, mas também, para a continuidade e engrandecimento de todo o Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

Esta Casa já aprovou Requerimento, possibilitando a vinda a Plenário do Senhor Edgar Winthers, da cidade de Antonina, para expor aos Senhores Deputados, os problemas daquele Pórt.

Falta apenas marcar a data. Daí as razões deste Requerimento. Estando a terminar o período normal de trabalhos e sendo de grande valia conhecer o que tem a esclarecer sobre o tradicional Pórt, requer, seja reservado o grande expediente da sessão de 29 do corrente, ao Senhor Edgar Winthers, a fim de que o mesmo com seus altos conhecimentos, venha realizar a sua palestra.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso do 26.º aniversário do próspero Município de Pórt Amazonas, neste Estado, que ocorrerá no dia 9 do corrente.

O Município de Pórt Amazonas, de tantas tradições e glórias, é sabidamente administrado hoje, pelo dinâmico Prefeito Elson Ganassolli e legislado por uma Câmara composta de eficientes e dedicados vereadores, que, incansavelmente trabalham para o bem comum.

Assim, justo, é que o fato significativo e auspicioso, seja devidamente registrado nos Anais deste Poder.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente Proposição, transmita-se esta Mensagem ao povo porto-amazonense, por intermédio de ciência da decisão da Casa, ao Prefeito e a Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Emilio Gomes, expediente contendo solicitação no sentido de que seja implantado na Escola "Padre Arnaldo Janses", do Distrito Judiciário de Ouro Verde, Município de Toledo, a partir do ano letivo de 1974, o novo sistema de ensino fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1973.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

É plenamente justificável tal solicitação, visto que no Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo, na Escola "Padre Arnaldo Janses", em data de hoje, estão matriculados 222 alunos que concluirão o 4.º ano primário, havendo ainda mais 86 alunos que cursam o 5.º ano, ou seja o supletivo, o que soma o total de 308 alunos que deverão ingressar no ginásio no próximo exercício.

Visto isto, depreende-se a pujança daquele distrito, com grande potencial de alunos e crianças em idade escolar, que seriam grandemente beneficiadas com a implantação do sistema do Ensino Fundamental.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador Emilio Gomes, expediente solicitando a Sua Excelência, a construção e pavimentação da Rodovia PR-14, a qual ligará as cidades de Cascavel — Cafelândia — Nova Aurora — 4.º Centenário — Goioerê e Cruzeiro do Oeste, para execução no ano de 1.974.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1973.

(a) Fuad Nacii

JUSTIFICATIVA:

É uma necessidade que se impõe, a cada dia que passa, a construção e pavimentação de uma estrada ligando as cidades acima mencionadas. Essa será, sem dúvida alguma, uma estrada que irá modificar a imagem do Oeste paranaense, propiciando um surto extraordinário de desenvolvimento. O Oeste do Paraná que já é, hoje, uma Região abundante na produção agrícola e pecuária, com essa estrada, se transformará, inegavelmente, na Região mais progressista do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, em todos os seus termos, a "Mensagem ao Presidente Emilio G. Médici" e o "Documento Final", ambos resultantes do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menor, realizado em Pórt Alegre, RS, de 9 a 12 de outubro passado, documentos estes, que abrem nova visão para o problema crucial do menor e do bem-estar em nosso País.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1973.

(a) Ivo Thomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa ouvida a Casa seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela transcurso do 26.º aniversário do próspero Município de Jaguapitã, neste Estado, que ocorreu em data de ontem.

O Município de Jaguapitã, dotado de uma riqueza extraordinária, muito tem contribuído para o progresso do Estado em todos os seus setores. Sob a firme e dinâmica atuação administrativa do Prefeito Levi Vieira, apoiado por uma Câmara de Vereadores esclarecida e voltada ao bem comum, o Município desponta entre aqueles que reservam grande futuro aos seus habitantes.

Assim, justo é que se registre nos Anais históricos deste Poder o auspicioso fato.

Requeiro outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, transmita-se esta mensagem ao povo jaguapitaense através de ciência da decisão da Casa ao Prefeito e a Câmara de Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após a aprovação do Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo ato do Conselho Federal de Educação que em data de ontem aprovou o processo de reconhecimento da Universidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A Universidade de Ponta Grossa, que se constitui um patrimônio cultural, motivo de justo orgulho para o povo paranaense, aguardava desde a sua implantação o reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, para que com este ato pudesse ampliar e aprimorar as atividades de seus diversos cursos. Agora com a autonomia administrativa que lhe foi conferida poderá implantar novos cursos o que vem de encontro às aspirações de nossa juventude.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando seja determinado ao Departamento competente a realização de estudos no sentido de se construir Centro de Saúde, no Município de Ivaiporã.

Região populosa, abrigando cerca de 120 mil habitantes, está realmente a exigir tal providência, para evitar transtornos inúmeros, provocados pela necessidade de se percorrer longo percurso até o Distrito Sanitário de Apucarana, responsável presentemente por esse atendimento.

A instalação de um Centro de Saúde em Ivaiporã, viria atender as populações do referido Município, além de Jardim Alegre, Manoel Ribas, São João do Ivaí, Nova Thebas e Alvorada.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) — Alvaro Dias

Projeto de Lei n.º 265-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo Estadual, a doar a Prefeitura Municipal de Sengés, a motoniveladora, série 12 E, n.º 167, marca CATERPILAR, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Transporte do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O maquinário aludido no Projeto de Lei, estava servível e localizado no pátio do 3.º distrito rodoviário de Piraí do Sul.

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem atendendo a solicitação da Prefeitura de Sengés, cedeu por empréstimo maquinário inservível e a Municipalidade, recuperou-o dispendendo o valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) e no momento está prestando relevantes serviços ao Município.

Confiante que os Nobres Pares, compreendam a necessidade da presente doação ao Município de Sengés, solicito a aprovação da mesma.

Projeto de Lei n.º 266-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Projeto de Lei, é propiciar condições favoráveis para que grande parte da população jovem do Distrito de Tamarana, Município de Londrina, continuem os estudos.

Considerando que mais de 100 alunos concluem o ensino de 1.º grau anualmente e que o Ginásio existente já funciona há 7 anos, mais ou menos, portanto com aproximadamente 400 alunos sem condições de prosseguir os estudos, por falta de um estabelecimento de ensino de 2.º grau, tendo como única alternativa, no momento se deslocarem à sede do Município que dista cerca de 60 quilômetros de distância.

Desta forma, contamos com o necessário apoio dos Nobres Pares para posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença, neste Plenário, do Sr. Luiz Antonio Biachi, Prefeito Municipal de Apucarana.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

Não se encontrando presente o Nobre Deputado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho à Tribuna, neste instante, para fazer um registro e para fazer um apelo. Não sei porque motivo apenas dois tipos de leite vendidos ao consumidor têm o seu envólucro com a data da semana marcado. Os demais tipos não tem data nenhuma. E já tem ocorrido, srs. Deputados, vários casos de intoxicação na Capital, motivado por leite velho. Parece uma ironia mas, é verdade, falta leite e sobra leite. O fato da ausência de data nos envólucros do leite está causando mal estar em todas as famílias que temem pela saúde dos filhos.

Daí porque faço apelo à Secretaria de Saúde para que impeça a venda do produto sem a data marcada no envólucro. É uma questão de necessidade em benefício das crianças de nossa terra.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O assunto, no momento atual da economia paranaense, é indiscutivelmente o trigo. Já foi abordado por vários srs. Deputados, desta Tribuna e também na Câmara Federal. Sei, inclusive que hoje o nobre Deputado Alvaro Dias tratará do assunto aqui nesta Sessão.

Quero apenas focalizar um breve aspecto do mesmo em função de reclamações ainda hoje recebidas, por telefone, da Região que, juntamente com outros Deputados, tenho a satisfação de representar nesta Casa: o Sudoeste paranaense.

O problema essencial prende-se a determinação da SUNAB de fechar, totalmente, os moinhos coloniais existentes no Estado do Paraná. A correção do problema já foi proposto, repito, à Câmara Federal e mesmo desta Assembléia, tendo ampla guarida na imprensa, porquanto é do conhecimento de todos a elevação de quotas para os moinhos paranaenses e também a distribuição dessas novas quotas entre os moinhos coloniais que passarão, assim, a obter registro, adquirindo condições de procederem a moagem e distribuição de farinha às diversas zonas de produção do Estado. Porém, o problema de intervenção, dos moinhos coloniais trouxe, entre outras, consequências sérias, como esta que anuncio à Casa, e que me foi dado conhecer por um dos produtores mais tradicionais da minha Região, homem cujo testemunho é incontestável, porque se trata de uma pessoa merecedora do melhor conceito, que trabalha no Município de Chopinzinho, cujo nome é Tranquilo Fávora, e que fez a seguinte ponderação: a situação do Sudoeste paranaense, com o fechamento dos moinhos coloniais está fazendo com que o agricultor venda seu trigo ao Governo Federal por 40 ou 45 cruzeiros a saca, dependendo do peso e que adquira, posteriormente, uma saca de 50 quilos por 120 cruzeiros. É importante que se note que daqui para frente ainda será mais elevada desta forma o agricultor, o produtor, está entregando seu produto a 40 ou 45 cruzeiros a saca e adquirindo o saco de farinha de trigo por cerca de 120 cruzeiros. Dá, pois, três sacas de sua produção, em troca de um saco de farinha de trigo.

Desta forma, quero registrar o nosso protesto o nosso apelo também, para que o Sr. Governador do Estado solucione junto ao Sr. Presidente da República, que estará no Paraná na próxima semana, o problema da elevação das quotas de moagem dos moinhos paranaenses, redistribuindo também essas quotas aumentadas pelos moinhos coloniais do interior do Estado, cuja paralisação está se constituindo num verdadeiro problema social, levando prejuízo não só aos seus proprietários, como aos agricultores das zonas de produção de trigo do nosso Estado.

Muito obrigado, eram essas as considerações que desejava fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há pouco mais de uma semana, esta Casa aprovou um requerimento de nossa autoria, cujo documento, srs. Deputados, solicitava ao Sr. Prefeito da Capital sr. Jaime Lerner, que se ativesse ao problema de transportes e em particular, ao problema dos "piranhas".

Naquele documento aprovado por esta Casa, fizemos a S. Exa. até algumas sugestões. No entanto Sr. Presidente, srs. Deputados, S. Exa. no pedestal em que se encontra, com um desejo muito elevado de vaidade, entendeu que não deveria responder a um apelo feito deste Poder e não se dignou responder ao expediente que lhe foi enviado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

A minha situação tornou-se um tanto quanto delicada, porque, afinal, ocupo uma posição nesta Casa de Vice-Líder do Governo, cujo Governador é um homem que merece todos os nossos aplausos e todo nosso apoio. Por isso mesmo, sr. Presidente, srs. Deputados, tive o cuidado hoje, antes de assumir esta Tribuna, em audiência com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, informar a S. Exa. que viria a esta Tribuna, não somente no Pequeno Expediente, como o faço agora, — porque sou homem de diálogo, sou homem que gosta de ouvir a opinião dos seus Pares, aceito as críticas — para fazer mais um apelo a S. Exa. o Sr. Prefeito, que não atendeu, que não respeitou o Expediente que esta Casa lhe enviou, oriundo de Requerimento que fizemos.

Quero dizer, sr. Presidente, srs. Deputados, que os motoristas são chefes de família em sua maioria, que fazem o serviço de táxis, que vêm satisfazendo plenamente a população de Curitiba, em primeiro lugar, e em segundo lugar, essa classe de homens trabalhadores, honestos, idealistas, que trabalham diuturnamente servindo à população, não foi a classe, não foram os motoristas que criaram o problema, que criaram esse impasse. Porque eles compareceram às respectivas Prefeituras que estão dentro da área metropolitana e, portanto, essas Prefeituras receberam benefício de ordem legal, pagaram seus impostos, requereram seus direitos e autoridade lhes concedeu e, hoje, S. Exa. esse moço que aí está entende que não deve dar satisfações à Assembléia Legislativa do Paraná, nem sequer respondendo um expediente que para lá enviamos.

Pois bem, não ficaremos aqui, vamos nos entender com a classe, vamos nos entender com os Prefeitos da área municipal e levaremos essa gente ao Governador porque uma solução terá que ter.

Voltarei no Grande Expediente para falar sobre este assunto. Quero dizer que previamente comunicamos ao Sr. Governador esta atitude porque não faria uma traição ao Governo que represento, uma vez que esse moço é um homem da sua equipe. Levamos o problema ao Sr. Governador e S. Exa. ouviu, com muita atenção, mas não disse nada. Senti que ficou preocupado profundamente. O silêncio do Sr. Governador, ante a denúncia que pretendo fazer de várias faltas graves que existem na Prefeitura, quer dizer uma coisa importante, o Sr. Governador não pretende entrar na briga para defender aquele que lá está.

Voltarei no Grande Expediente, como disse, para tratar deste assunto e para falar sobre expediente que recebi de Dois Vizinhos, que diz respeito ao problema do trigo que, com muita propriedade e muita inteligência, foi abordado pelo eminente e nobre Deputado da Oposição Sebastião Rodrigues Júnior. Voltarei no Grande Expediente para levar minha solidariedade, o meu apoio à tese levantada por esse colega porque, afinal, é a tese que interessa ao Paraná e a nós todos.

Como nosso tempo é pequeno despeço-me e resguardo-me para o Grande Expediente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apesar de estar ausente deste Plenário, por causa justificada, o Deputado Quielise Crisóstomo, quero, em nome da Bancada da Aliança Renovadora Nacional expressar, desta Tribuna, os nossos mais profundos sentimentos pelo trágico e prematuro desaparecimento do jovem e dinâmico Prefeito Municipal Carlos Alberto Ribeiro que, não suportando os ferimentos contrários em consequência de trágico acidente, veio a falecer e será dado à sepultura na tarde de hoje às 17 horas.

Além do companheiro e amigo de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal era parente do estimado colega Deputado Quielise Crisóstomo. Ao transmitirmos nossos sentimentos, queremos significar o valor da juventude paraense e brasileira, porquanto Carlos Alberto Ribeiro atingiu a chefia do Poder Executivo, de seu Município aos dezenove anos de idade. Tinha, portanto, uma vida inteira pela frente e já estava no limiar de uma extraordinária e brilhante carreira de homem público a se firmar como um dos homens que procurariam dar maior pujança e valorizar, ainda mais, a função pública como somente ele sabia fazer.

Os nossos sentimentos à família enlutada e principalmente a nossa solidariedade à população do Município de Bocaiuva do Sul que perde seu Prefeito Municipal e esperamos que no conforto das pobres expressões deste Deputado, encontro o conforto que deverão, por certo, encontrar se observarmos as Leis de Deus e da Natureza, porque Deus põe e Deus dispõe.

Que tenha Carlos Alberto Ribeiro o repouso que merece por tudo que fez de bom e de bem em favor da sua coletividade, de seus amigos e da sua gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Fim do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Erondy Silvério. — (Pausa). Estão ausente o Nobre Deputado Erondy Silvério, concedo a palavra ao Segundo Orador inscrito, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Inclito sr. Presidente Odilon Reinhardt, Srs. Deputados.

Tivemos ontem a oportunidade de palestrar, durante longo tempo, com uma das figuras mais conhecidas deste Estado, pelas posições adotadas em defesa de seu Município, o Município de Antonina.

Trata-se do sr. Edgard Withers, que por muitos anos foi o proprietário e agenciador do Cais existente em Antonina, numa época em que Antonina desfrutava de grande progresso, com a presença permanente de navios movimentando o Cais, oferecendo a indispensável mão de obra àquele povo.

Ocorre que Antonina, desde o instante em que o seu Porto passou a fazer parte da Administração do Porto de Paranaguá, graves e sérios problemas passaram a ocorrer naquele Município, culminando ultimamente com a total paralisação do movimento portuário, pois há mais de 70 dias sequer um navio aportou naquele Município.

Isto traz sérios problemas de ordem social porque aproximadamente 400 homens estão sem mão de obra, não têm condições de sobrevivência, vivendo à mercê, inclusive, de órgãos públicos do Estado que oferece migalhas para contemporizar a fome que atravessa aquela gente.

Por esta razão, tomamos a liberdade na tarde de hoje, de transmitir aos eminentes srs. Deputados, carta que recebemos do Sr. Edgard Withers, no último dia 23 de outubro, cujos termos são os seguintes:

(Lê):

"Há pouco tempo tivemos a oportunidade de, por intermédio de alguns artigos publicados na "Gazeta do Povo", dar um brado de alerta sobre o crime que está sendo cometido, contra o Paraná, com o fechamento do Porto de Antonina.

Esse brado, que sensibilizou a opinião pública, não teve o condão de despertar o interesse patriótico dos nossos dirigentes e legisladores, salvo honrosas exceções que devem ser destacadas, com a atuação de V. Exa., do nobre representante do Município de Irati, Deputado Lopes Júnior e dos digníssimos Deputados Arnaldo Busato e Fernando Gama, lúdimos representantes do nosso Estado no Congresso Nacional.

Para melhor ilustrar esse meu "arrazoado" sobre Antonina, vou citar alguns trechos de uma reportagem feita no dia 5 de julho de 1970, pelo brilhante redator turístico da "Gazeta do Povo", Murilo Benatto. (Lê):

"A Antonina de nossa juventude sumiu". "Ou melhor, foi esquecida" "esquecida por todos tornou-se um peso morto na participação política do Estado". "A falta de serviço e as melhores oportunidades em centros maiores provocou o êxodo de seus filhos e a cidade foi minguando, pouco a pouco, tornando-se uma sombra do que já foi". "Os que ficaram, cansaram das promessas políticas e tornaram-se apáticos e pessimistas". "Não por indole, mas por cansaço". "Por esgotamento total de todas as reservas de suas esperanças".

Essa reportagem, muito certa, exprimiu toda a verdade. Eu apenas substituiria a palavra esquecida por perseguida.

Nós que nos ufanávamos de ter uma reserva de otimismo e de confiança nos homens da administração, já estamos sendo contagiados pela descrença e pelo desencanto.

Estamos sendo esmagados. Vencidos pelo cansaço.

Como quase todos sabem, os administradores portuários, por estarem muito tempo nas suas funções, julgam-se os reis do porto, reis da verdade, e reis da sabedoria.

Fazem e desfazem. Pouco importa que acertem ou desacertem. O dinheiro não é deles e o que lhes interessa é a sua situação e não a situação do povo, do Município ou do próprio Estado.

Não existe um perfeito entrosamento entre administradores de portos e seus superiores da antiga Secretaria de Obras Públicas e hoje Secretaria de Transportes.

Quase tudo é feito sem planejamento, sem estudo sem reunião com gente entendida. Para comprovar tudo o que afirmo, basta uma visita a Antonina.

Venham ver as desapropriações que foram feitas. Venham ver as impropriações, o dinheiro mal gasto, as obras inúteis, os caixões mal cravados, o enrocamento desnecessário para uma obra de utilidade.

Venham ver essas realizações que envergonhariam até um inspetor de quartelão de Piassaguera se ele fosse guindado às funções de administrador.

Bem meu caro Deputado, eu poderia falar o dia inteiro apontando falhas

e erros. Poderia dizer dos constantes congestionamentos de veículos e vapores no porto oficial que tanto tem sacrificado a economia paraense.

Poderia falar, também, do descontentamento dos exportadores, dos importadores e das próprias Cias. de Navegação.

Mas vamos deixar isso para outra ocasião. Ninguém perde por esperar. O assunto principal de hoje é a dragagem que pretendem fazer em Antonina e o pronunciamento de V. Exa. pedindo urgência nesses serviços que já deveriam ter sido iniciados.

Por mais contraditório e absurdo que possa parecer, sou contra essa dragagem.

E é para que essa dragagem não seja feita, nos moldes estabelecidos, que venho pedir o auxílio de V. Exa., do nobre Deputado Lopes Júnior e de todos aqueles que queiram se alinhar nesta campanha de defesa em favor de Antonina e do Paraná.

Os desmandos aqui cometidos já comprometeram duas administrações estaduais que chegaram a ser tachadas de inimigas do nosso progresso.

Hoje querem incluir, no rol dos algozes de nossa terra, o esperançoso Governador Emilio Gomes, a quem ainda não conheço, mas que merece todo o nosso respeito, principalmente o meu, não só por ser um homem de bem como também por ser filho de um grande amigo, infelizmente já desaparecido, com quem tive a felicidade de compartilhar em campanha política, na sua cidade de Irati.

Agora vou dizer porque sou contra o serviço de dragagem.

No porto oficial, há mais de cinco longos anos, repito, há mais de cinco longos anos, as dragas vêm aprofundando o seu canal para permitir entrada de navios da atualidade, com mais de trinta e cinco pés de calado e quarenta mil toneladas de carga. Aqui para Antonina querem mandar uma draga para deixar o canal com os mesmos vinte pés existentes e capacidade de carga para navios de seis mil toneladas.

Não há equidade, nem proporcionalidade.

Não é a primeira vez que somos "tapeados" com supostas dragagens. Em certa ocasião mandaram para cá uma draga. Ela veio. Arriou os tubos e, sem acionar os motores de sucção, esperava, vagando de um lado para outro, que a lama fosse removida só com a força da maré. Recentemente veio outra draga. Quase igual a essas que particulares usam para extrair areia do rio Iguagu. Estenderam os tubos no canal. Tiravam a lama de um local e a jogavam um pouco além, no mesmo canal, numa distância de cento e vinte metros. Não se apercebiam, os "pais da pátria" que a lama sugada de determinado porto, voltava para o mesmo ponto donde fora extraída, com o fluxo e refluxo das mares.

A terceira draga ainda está aqui. Jogada perto do trapiche Matarazzo. O jornal "O Antoninense" publicou a sua fotografia com o seguinte título "Com esse monstro quero dragar o porto de Antonina".

"Em cada promessa de melhoria para o nosso porto existe uma ameaça e um plano — esse bem estudado — o de acabar, em definitivo, com Antonina.

É o que vai acontecer com a vinda dessa draga prometida. Ela virá para trabalhar durante trinta dias. Fará alguns buracos na bacia de evolução. Voltará todas as tardes para seus tripulantes assistirem cinema em Paranaguá. O dinheiro desaparece e tudo fica como está.

Por fim a administração dos grandes serviços prestados à Pátria, triunfante, vai à presença do Exmo.: Sr. Emilio Gomes. Perfil-se e diz: Sr. Governador. Cumprindo vossas determinações mandamos a draga para Antonina. Não podemos mandar carga e nem navios. Portanto, estamos bem conversados.

Com esse final mais um Governador será enganado. O desaparecimento de Antonina, como porto marítimo, será uma definitiva realidade, e, aos antoninenses só restará um consolo, mandar dobrar, a finados, os sinos da igreja Nossa Senhora do Pilar, em holocausto ao desmoronamento de todos os seus sonhos de esperança e de progresso.

Os conceitos desta carta são de minha exclusiva responsabilidade. E para que V. Exa. possa fazer uso na Tribuna, ou na imprensa, ela vai com firma reconhecida em cartório.

Com toda a consideração, firmo-me

Seu admirador.

Ass. Edgar Witters".

Sr. Presidente, srs. Deputados, está é a triste realidade que atravessa o Porto de Antonina onde estão mais de 70 navios sem receber nenhuma carga, trazendo um problema gravíssimo para toda a comunidade. Porque são atingidos 400 funcionários que se dedicam e que trabalham no Porto, e, indiretamente, o problema atinge a toda a população.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, acerca de 30 ou 40 dias, foi requerido, nesta Casa, que se convidasse o Sr. Edgar Witters que havia manifestado sua vontade de expor aos Srs. Deputados e a quem mais interessar, os problemas que afligem o Porto de Antonina. E não podemos calar essa voz. O Sr. Edgar Witters deverá ser ouvido, assim como outros técnicos no assunto. Nós pouco entendemos disso, é necessário, é justo que ele venha a esta Casa, numa sessão, ocupando o Grande Expediente, para expor os problemas que afligem o Porto de Antonina. Daí porque, nobre Deputado, vou propor à Casa que seja marcado o dia 29 do corrente para que o Sr. Edgar Witters realize sua palestra.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. E gostaria de cumprimentá-lo pela sua brilhante iniciativa em convidar o Sr. Edgar Witters para realizar uma palestra na Assembléia Legislativa do Paraná.

Gostaríamos de aduzir mais, a par de tudo aquilo que foi dito sobre Edgar Witters que ele é uma pessoa dotada de extraordinária cultura em assuntos portuários, não só de Antonina, mas também de todo o mundo. E é realmente uma pessoa altamente qualificada para falar sobre esse assunto. E devo dizer que isto constitui uma das maiores missões desta Assembléia Legislativa: promover palestras de técnicos nos mais diferentes assuntos, a fim de que possam manifestar seu pensamento a todo o povo paraense e também prestar os esclarecimentos tão necessários a esta Assembléia.

Concedo aparte ao nobre Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Ilustre Deputado Mauricio Fruet. Quero congratular-me com V. Exa. e também com o nobre Deputado Antônio Lopes Júnior pela preocupação de dotar o Porto de Antonina de melhores condições. Queremos, neste aparte, ilustre Líder, lembrar o caso de um comerciante de automóveis, em que um cidadão encomendou a importação de um carro e esse comerciante discutia com o comprador, de que o carro deveria chegar ao Brasil, via Porto de Santos. O comprador, intercedendo, argumentando, que preferia que o carro viesse por Paranaguá. Pela vontade desse comerciante, o carro seria importado para o Paraná, através de Santos. Então, gostaríamos aqui de apelar para a conscientização, para que esses comerciantes

que têm ganho no Paraná a sua vida, para que dentro de um idealismo, de amor ao Paraná, procurem dar, quem sabe, neste momento, o prestígio que o Porto de Paranaguá merece por parte de todos nós paranaenses.

O SR. MAURICIO FRUET — O aparte de V. Exa. realmente, tem um fundo de grande verdade. Há necessidade, efetivamente do povo do Paraná, daquele que necessita da importação de maquinário, e de outros produtos, darem utilização maior aos Portos do Paraná. Como também há necessidade daqueles que se dedicam à exportação, de se utilizarem de maior número dos recursos oferecidos pelos cais existentes no Estado, que reúnem as indispensáveis condições para o carregamento desse maquinário de exportação, e oferecem condições de dar essa descarga.

V. Exa. tem razão ao observar esse fato. Gostaríamos antes de encerrar esse pronunciamento de mais duas manifestações. A primeira delas, o faço em nome da Bancada do MDB, traduzindo e consignando na Ata dos trabalhos desta Sessão, o nosso sentido pesar pelo falecimento ocorrido hoje do Prefeito Municipal de Bocaiuva do Sul, vítima de lamentável acidente. Associamo-nos às manifestações feitas desta Tribuna pelo Líder do Governo, eminente Deputado Ivo Thomazoni.

O segundo assunto que encerrará esse meu pronunciamento, diz respeito às eleições que se ferirão no próximo dia 15 de novembro, no Município de Francisco Alves, o único Município do Brasil onde serão realizadas eleições, pelo pleito direto, onde o povo poderá escolher, poderá participar efetivamente e onde o povo tem o direito e a liberdade de votar nos candidatos que no seu modo de entender, dentro da cultura e da inteligência de cada brasileiro ali residente, melhor poderão exercer o mandato naquele Município.

Gostaríamos de dizer que infelizmente tivemos notícias hoje de Francisco Alves, de que determinada pressão vem sendo exercida contra correligionários do MDB. Um deles, fato até curioso, porque não tivemos notícia de ação policial nesse sentido, de que foram desarmados numa determinada região do Município de Francisco Alves, apenas militantes do MDB. A atitude da Polícia em adotar tal medida, merece efetivamente nossos respeitos. O MDB assim como todos os Deputados da ARENA, são homens de bem, homens de paz. Consequentemente, de forma alguma, iríamos criticar uma medida policial que viesse retirar armas portadas ilegalmente por cidadãos. Ocorre, — e aí vai a curiosidade — que foram apenas apreendidas as armas de integrantes do MDB, numa concentração de Partido.

Outro fato que nos chama a atenção, e o qual nos foi dito pelo telefone, é que os comícios promovidos pela ARENA, são guardados por soldados portando metralhadoras. Uma medida que não vemos porque se adotar, mesmo porque o clima em que se vem conduzindo o pleito, até o momento, é da mais perfeita ordem, de paz e tranquilidade. Porém, preventivamente, para se evitar qualquer medida que possa trazer medo, que possa provocar distúrbios ou que venha fazer com os nossos companheiros, os candidatos do MDB possam sentir qualquer tipo de pressão nos dias que restam para o pleito de 15 de novembro, decidi estabelecer um plantão permanente nesta Assembleia Legislativa até o dia 15 de novembro e também um plantão permanente na Câmara Federal de Brasília, onde companheiros nossos se acham a postos para tomar qualquer medida que acharem necessária com o objetivo de conseguir que transcorra em paz e com tranquilidade as eleições de 15 de novembro em Francisco Alves.

Esta a participação que gostaria de trazer à Casa e dizer da nossa certeza de que as eleições de 15 de novembro em Francisco Alves, transcorrerão na mais absoluta calma e tranquilidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, terceiro orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, com bastante propriedade e com profundo conhecimento, abordou, desta Tribuna, o eminente e ilustre, culto e nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior o problema que vem sacrificando os pequenos produtores de trigo em nosso Estado.

Em nossas andanças pelo interior temos sentido a angústia e a preocupação do pequeno produtor de trigo que, às vezes, em sua área restrita, diminuta destina uma pequena faixa de seu terreno para ali cultivar, com seus próprios, sem mecanização, alguma cultura de trigo. Esse produto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o colono pretende usar para consumo próprio. Mas acontece que em nossa querida terra ainda o impossível acontece.

O Sr. Prefeito de Dois Vizinhos, que se encontra nesta Capital, homem de grande conhecimento de problemas agrícolas, um pioneiro na região de Dois Vizinhos, eis que ele e todos seus familiares são agricultores, nos encaminhou um expediente, o qual iremos proceder a leitura, nos dando uma série de explicações sobre o que ocorre com determinadas leis que em vez de beneficiar o agricultor, atua em sentido exatamente ao contrário. Algumas Cooperativas, cuja Diretoria não se apercebe de sua finalidade, que é, especificamente, protegê-los — ela está protegendo exatamente o atravessador, ela está protegendo exatamente o grande comerciante.

Estas Cooperativas através de Portaria ou Lei recente, obrigam os pequenos comerciantes a venderem, às Cooperativas, os seu produto, não podendo eles próprios ou em pequenos moinhos, beneficiar os seus produtos, tendo que comprar o trigo, muitas vezes, mais caro.

Assim é que procederemos a leitura deste documento:

(Lê):

"Ofício 419/73

Prezado Deputado.

Preocupados com os graves prejuízos que a recente decisão da SUNAB, aplicada pelo Departamento Nacional do Trigo, do Banco do Brasil, venha ocasionar aos proprietários de moinhos coloniais e aos pequenos agricultores, dirigimo-nos a V. Exa. no sentido de solicitarmos seus ingentes esforços junto aos Órgãos Governamentais, para a revogação da proibição da moagem e comercialização do trigo, por particulares.

Continuando a vigorar tal proibição, será a bancarrota de centenas de pequenos moinhos e trará obstáculos intransponíveis aos pequenos agricultores, que dependem dos comerciantes para transporte, secagem, expurgo e depósito do seu mingauado produto. Acresce notar, em nossa Região, que, à última safra de soja os produtores conseguiram junto aos comerciantes, preço bem mais elevado para seu produto, que é pago pelas Cooperativas, com retorno e tudo mais.

Atenciosamente,
Evelino Coletti,
Prefeito Municipal".

Acompanha este Expediente, uma cópia de Ofício, de idêntico teor, encaminhado ao Sr. Secretário da Agricultura, cujo Ofício fez, àquela autoridade, o mesmo apelo.

Na próxima semana Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós iremos encaminhar um Expediente ao Sr. Governador do Estado para que Sua Excelência que goza de alto conceito na esfera federal, para que Sua Excelência que tem o apoio de toda a classe política, de todos os paranaenses, interfira junto a quem de direito, para que fique definitivamente solucionado este problema.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

V. Exa. traz um assunto momentoso, V. Exa. focaliza um assunto que sensibiliza hoje, toda a área governamental e eu quero crer, comercial, industrial e principalmente agrícola — aqueles produtores de trigo.

Eu discuti na manhã de hoje este problema com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, já pela segunda vez, e procurei observar o interesse de Sua Excelência em auxiliar na solução de tão angustiante problema.

Mas veja V. Exa., nobre Deputado Paulo Poli, nos cálculos que eu acabo de fazer com os dados que tenho em mãos, o Paraná, juntamente com o Estado de São Paulo constitui a 7.a região em termos de organização, de comercialização e de industrialização do trigo, constituindo-se 8.a Região os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Observe, nobre Deputado, que se tomarmos por base o volume populacional da 7.a Região e o volume das quotas de moagem em toneladas, encontraremos 55 quilos de moagem "per capita" na 7.a Região. Somada a população da 8.a Região, somada também a tonelagem de quotas para moagem do trigo dessa 8.a Região encontraremos "per capita" 54 quilos de quota de moagem. Verificamos então, Sr. Deputado, como está ficando difícil ao Sr. Governador do Estado pretender do Governo Federal a alteração pura e simples do Decreto Lei 210, quando nós paranaenses sabemos que a legislação atual permite a transferência de quotas de moagem de trigo dentro de uma mesma região. E no Paraná ocorreu exatamente esse fenômeno. O Paraná, já dispõe de mais de 200 mil toneladas anuais industriais raras afoitos em épocas passadas quero dizer que na década de 50/60 e nos anos 60 a 65, venderam suas quotas de moagem da mesma Região porque a lei lhes facultava, para moinhos estabelecidos em São Paulo. Se tivermos uma distribuição relativamente honesta em termos de quotas de moagem relativa à população do Estado, passamos a estar hoje numa situação de inferioridade e não resta ao Governo do Estado outra alternativa agora, senão lutar, primeiro para que se desmembrem os Estados das famosas regiões porque enquanto estivermos agregados à 7.a Região com São Paulo, nos faltarão argumentos suficientes para justificarmos a pretensão e justa medida de aumento de nossas quotas. Então, no instante em que o Governo Federal se sensibilizar desta necessidade e o Paraná se livrar da 7.a Região com São Paulo, poderemos então brigar pelo aumento de quotas. Veja, Sr. Deputado o problema que se está verificando hoje. O Sindicato das Indústrias do Trigo no Estado do Paraná pede se houver aumento de quotas que elas sejam repartidas entre os moinhos homologados e reconhecidos pela SUNAB, quando achamos justo que se definam quotas aos moinhos coloniais que mais de perto atendem os produtores. O problema apresenta aspecto de difícil solução.

7.a Região com uma população de 24 milhões 900 mil habitantes tem 1 milhão 320 mil toneladas de quotas, com portanto 55 quilos de moagem "per capita". A oitava Região que tem uma de 9 milhões e 600 mil habitantes, tem uma quota de 525 mil toneladas com uma quota "per capita" equivalente a anterior. Então o que temos que fazer no Paraná é lutar junto às autoridades federais para que tenhamos quotas proporcionais à sua população e que se proíba de uma vez por todas, que se venda as quotas de um Estado para outro, como aconteceu no passado, com prejuízos incalculáveis. Não só para 128 pequenos industriais moageiros que temos no Paraná mas também para o pequeno produtor que se vê desestimulado. Cumprimento V. Exa. na felicidade de abordar este assunto momentoso. Mas, creia V. Exa. que enviaremos todos os esforços junto ao Sr. Governador e também junto ao Sindicato dos Moageiros, para que o Paraná tenha sua quota proporcional à população ou à sua produção que, neste ano, será de 380 mil toneladas.

Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Agradeço ao nobre Deputado a oportuna e brilhante interferência em nosso modesto pronunciamento. E já tínhamos conhecimento pelos pronunciamentos que V. Exa. vem fazendo aqui, e também pelo que nos foi dito pelo próprio Prefeito de Dois Vizinhos, da sua luta, da sua preocupação em torno do pequeno agricultor.

Nós apenas, nobre Deputado, pretendemos humilde e modestamente, juntar nosso apelo aos grandes e importantes pronunciamentos que V. Exa. vem tendo, não só como Líder natural, mas como Líder de fato que é, Líder incontestado em todo o Sudoeste paranaense.

Portanto, nos sentimos amparados, engrandecidos em podermos ombrear, nessa luta, em tão boa hora encetada por V. Exa., e é mais uma voz que se faz ouvir, nesta Casa, em favor do povo, da gente humilde, dos trabalhadores interiores.

O Sr. Leopoldo Jacomet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Paulo Poli estamos ouvindo com vivo interesse o brilhante discurso de V. Exa. e também o ofício, que V. Exa. nos deu conhecimento, do honrado Prefeito de Dois Vizinhos, que, a nosso entender, não está bem posto o endereço do expediente, porque, deveria ser dirigido ao Sr. Secretário da Agricultura. Todos nós sabemos que V. Exa. está lutando em favor do pequeno produtor, não só o pequeno produtor como o pequeno moageiro. Como é o caso que o leva à Tribuna, com grande brilho e com grande entusiasmo.

Fizemos ao Coronel Peracchi Barcelos a entrega de cópia daquele memorando, como chefe da Carteira Agrícola da Região Sul, um apelo, inclusive, dramático, para que fosse o problema além da Casa Civil, como tem ocorrido com o problema das terras litigiosas do Município de Palotina. Parece-me que foi a medida mais acertada no caso porque parece que tudo que se propôs aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, todas as reivindicações feitas aos órgãos federais, não chegam à Presidência da República mas limitam-se só até a Casa Civil.

É conhecido por todos nós o cruciante problema das terras do Oeste do Paraná e, em especial aquelas com relação ao Município de Palotina. Se considerarmos o volume de papéis e processos encaminhados a Brasília, sobre o momento caso das terras litigiosas, nós poderíamos dizer, talvez que um vagão da estrada de ferro não conduziria aquele papelório.

Problemas dessa natureza, como disse ao Coronel Peracchi Barcelos, é preciso que cheguem ao Presidente da República, para termos uma solução definitiva, certa e desejada pelos colonos.

Inclusive, é o caso dos moageiros do Paraná. Quando discutimos o problema com a SUNAB, há cerca de 2 anos e meio mais ou menos, ouvimos do Superintendente da SUNAB que lamentavelmente — e nós concordamos com ele, é de se lamentar — que ainda recentemente um moinho de trigo de Ja-

carezinho deixou de vender sua quota ao Moinho Rio Negro, estabelecido no Município de Piraquara, para vender a um moinho de São Paulo. Portanto, o erro é esse, de que o Paraná, por uns tostões a mais, venda sua quota ao vizinho Estado de São Paulo. Neste sentido, está certo o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quando diz que é preciso dividir a famigerada Região, isolar o Paraná de Santa Catarina e de São Paulo. Então, teremos condições de distribuir melhor a quota e a produção dos pequenos lavradores, que também serão atendidos através dos pequenos moageiros. Obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa., e de passagem pela terra que V. Exa. tão bem representa, Palotina, há pouco mais de 2 semanas, senti lá, em contato com agricultores de que havia uma verdadeira alegria, pela liderança que dá V. Exa., pelo atendimento que dá V. Exa. nesse setor, como V. Exa. bem disse.

Antes de mudar de assunto, nobre Deputado, queria informá-lo de que o Prefeito de Dois Vizinhos, já havia feito vários e amplos expedientes, apelo a todos os órgãos federais, inclusive à Presidência da República, porque V. Exa. havia dito que ele havia feito apelo ao Secretário da Agricultura e a nós desta Casa. Não, o Prefeito, desesperado, havia feito apelo a todos os órgãos.

Mas, o tempo é curto e pretendo, necessito entrar em outro assunto, que é o problema dos táxis de Curitiba.

Nobre Deputado, estou aqui, agora, no Grande Expediente para ouvir, de público, a opinião de meus colegas de como deveremos proceder com respeito a atitude irreverente e desrespeitosa que como S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba que, nem sequer, respondeu ao expediente oriundo de Requerimento de nossa autoria, aprovado por unanimidade desta Casa. Temos grande parte de responsabilidade e aqui nesta Casa já foi instalada uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as irregularidades existentes no Detran, órgão diretamente ligado à Prefeitura.

Alguns Srs. Deputados aqui presentes solidários, sem que vá nisto nenhum objetivo eleitoral, fizeram sugestão que esta Casa faça elaborar um Requerimento retirando o apoio que esta Assembléia deu a S. Exa. quando da indicação de seu nome para Prefeito Municipal.

O SR. FUAD NACLI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero agradecer o que V. Exa. está nos concedendo.

Tive oportunidade de ouvir V. Exa. falar sobre os motoristas de táxis desta cidade, chamados "piranhas" emplacedados na área metropolitana de Curitiba. Não queremos entrar no mérito do assunto, porque não conhecemos a fundo o problema. De antemão quero dizer que conheço Curitiba, como todos os Srs. Deputados conhecem, e sinto que há necessidade de mais táxis. Esses motoristas estão defendendo o pão de seus filhos e não podem trabalhar. Para dar o sustento a seus familiares terão eles que pegar em armas e assaltar? Tenho recebido diversas queixas e diversas representações.

Se fosse elaborado um Requerimento no sentido de que esta Casa de Leis tirasse a confiança que deu ao Prefeito Jayme Lerner, levado à Prefeitura com a votação desta Casa, teria o meu apoio. Se este Requerimento for elaborado colocarei a minha assinatura para que o Prefeito tome conhecimento do que se passa, pelo menos, nesta Casa, já que não atendeu, não respondeu, não quis ouvir as palavras dos representantes do povo.

Agradeço a V. Exa. o aparte que me concedeu e V. Exa. poderá contar com este Deputado, se necessário for, não somente na Tribuna, como na Justiça para defender o interesse daqueles que lutam pela sobrevivência de sua família.

O SR. PAULO POLI — Agradeço apoio tão valioso e tão entusiasta do nobre Deputado Fuad Nacli. Confesso que não foi surpresa para mim esta tomada de posição de V. Exa. porque, nobre Deputado, nos momentos difíceis, nas horas sérias que atravessamos dentro desta Casa, nos episódios delicados e graves em que os homens com H maiúsculo tiveram que tomar posições, V. Exa. sempre se perfilou ao lado dos homens independentes, dos homens de bem, dos homens que sabem dignificar esta Cadeira que o povo lhes deu. Portanto, não me surpreendo, eu já sabia, nobre Deputado, que V. Exa. tomaria esta posição e esta atitude; ocorre, Sr. Deputado, que como bem disse V. Exa. seria muito mais fácil para estes homens, seria muito mais fácil para estes chefes de famílias, que trabalham diuturnamente, que arriscam as vidas trabalhando honestamente aqui, transportando, servindo uma população, que eles fossem contrabandear maconha no Paraguai. Ai, talvez tivessem eles respaldo de determinados e maus policiais, quem sabe ai ganhassem polpudos vencimentos, contrabandear maconha, que é o que acontece no nosso País, talvez tivessem um ganho mais fácil, mas, como são homens de bem, são homens idôneos homens que pagam seus impostos, homens que lutam para ganhar seus minguados vencimentos, eles são combatidos por homens insensíveis que se colocam em pedestais, lá ficam enclausurados, fecham-se em redomas de cristal sem ouvir a angústia, sem ouvir a voz de tantas milhares de crianças que pedem o pão e não podem receber porque seus pais têm prestações dos autos, que, para pagá-los seus pais têm compromissos, empenharam, muitas vezes suas meia-águas que já vinham pagando com luta, com sacrifícios. Estes pais, não podendo atender as necessidades de seus filhos, caem às raias do desespero!

Portanto, nobre Deputado, esta luta não fica aqui, é um alerta que estamos fazendo a Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal. Os motoristas, os pequenos motoristas de táxis não podem brigar com Sua Excelência, mas nós podemos brigar!

Viremos aqui, trazer uma série de marmeladas existentes na Prefeitura Municipal!

O que pensa este jovem vaidoso, que não atende esta classe, que não atende um Expediente de uma classe composta por homens de bem?

Mas isto não fica assim!

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa., nobre Deputado Paulo Poli, faz muito bem em se entusiasmar porque este é um assunto que deve entusiasmar todos aqueles que têm os pés no chão da realidade, mas que têm um coração que palpita de amor a seu semelhante.

O Prefeito Jayme Lerner, deixando de atender a solicitação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cometeu três faltas graves:

1.a) Uma falta de educação, que ninguém pode se furtar ou deixar de responder expedientes, cartas ou coisas semelhantes e, muito menos vindo de um Poder;

2.a) Falta para com o Poder Legislativo que é um Poder independente embora harmônico entre si e com os demais;

3.a) Falta contra o povo paranaense, e justifico porque contra o povo paranaense: porque não foi apenas contra uma classe, a dos motoristas, que, como bem disse V. Exa., merecem nossos aplausos, porque é uma classe que quer trabalhar e não ficar como os marginais que andam estropando meninas, vendendo maconha e psicotrópicos, sob as vistas grossas de muita gente. Os

motoristas merecem os nossos aplausos, e quem mais precisa dele são os que andam a pé nos dias de chuva e precisam de um táxi. E o número desses é insuficiente para atender a população, não só de Curitiba, mas de todo o Paraná, porque a Capital é o escoadouro de toda a população paranaense. Quero solidarizar-me com V. Exa. e devemos prestigiar nosso Poder em benefício do povo do Paraná.

O SR. PAULO POLI — Deputado Antônio Lopes Jr., V. Exa. é um homem sobremaneira equilibrado, que nos impressiona. V. Exa. sempre foi coerente com suas próprias convicções. Sempre foi um dos grandes Parlamentares, com grande conteúdo de idealismo, um autêntico representante do povo. Agradeço penhoradamente as palavras entusiastas de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Concedo a palavra a V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, mas quero alertar que já levei ao conhecimento de nosso chefe que eu iria fazer um pronunciamento pela irreverência, pelo desrespeito por parte do Sr. Prefeito, que não atendeu, nem por educação, um apelo que lhe fizemos. Tenho a honra de conceder o aparte ao Líder do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado, V. Exa. sempre foi muito cordial comigo.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. merece.

O SR. IVO THOMAZONI — Só quero fazer uma indagação, porque não gostaria de cometer uma injustiça e julgar precipitadamente o Prefeito Municipal de Curitiba, no episódio que envolve o Sindicato de Veículos Autônomos de Automóveis em Curitiba, com os chamados "piranhas", e não sei o porque desta denominação. O Poder Judiciário foi instado a se pronunciar sobre este problema, se válida ou não a atuação dos veículos emplacedados em Municípios vizinhos a Curitiba, e quanto à autoria do mandado de segurança, se do Sindicato de Condutores Autônomos que tem como Presidente o Sr. Armstrong ou se da Prefeitura Municipal de Curitiba. Parece que o Prefeito Municipal também sofreu violentas pressões por parte deste Sindicato e deve por certo, quero crer, ter assumido uma posição de magistrado, se não foi o autor do mandado de segurança e acredito que não tenha sido. Era a indagação porque do contrário estaremos fazendo uma injustiça a nosso Prefeito o Arquitecto Jayme Lerner.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Ivo Thomazoni já disse uma vez nesta Casa, e repito agora, que V. Exa. é portador de rara inteligência e a prova disto é a delicadeza com que V. Exa. aborda este problema.

E claro, nobre Deputado, que dentro do grupo prejudicado, o grupo chamado dos "piranhas" se eu, Deputado Paulo Poli, quisesse agora entrar em contato com um deles e fazer com que impetire um mandado de segurança contra a própria classe, o conseguiria. É claro que o Prefeito Jayme Lerner teria insinuado a alguém do Sindicato e este alguém tivesse interposto esse mandado.

Não estou olhando o problema sob o aspecto judicial; estou abordando o drama social, o interesse dos pequenos proprietários, porque sei que a classe de motoristas, sei que o Sindicato e sei também de grupos econômicos poderosos, que todos conhecemos, que não desejam essa concorrência, que querem monopolizar, que querem impedir que os pequenos lutem, tenham direitos, e usam dessas artimanhas. Mas, quando se quer usar de bom senso, quando se quer usar de boa fé, quando há um pouco de calor humano no coração de cada um de nós, quando não se quer fazer o jogo de grupos econômicos, isso não acontece. Mas, sabemos que S. Exa., o Sr. Prefeito, procura beneficiar uma meia dúzia de firmas, portanto, se deixa levar por um grupo econômico. E vou dizer a V. Exa. que não foram os "piranhas" que criaram esse caso eles requereram sua licença, pagaram, tiraram suas placas e foram trabalhar. Talvez tenha havido mal interpretação dos Prefeitos da área metropolitana que deram licença sem se limitarem a um "quantum" que deveria ter sido previsto.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou com V. Exa. no tocante ao problema social gerado pelo excesso de licenças. Mas quero crer que a maioria da população curitibana, com exceção daqueles concorrentes. Mas devo dizer que os "piranhas" estão tolhidos nos seus direitos de trabalhar na Capital, por uma decisão da Justiça. Não foi decisão do Sr. Prefeito Municipal.

Era este o aspecto que pretendia abordar para que não se debite tão somente ao Sr. Prefeito Municipal a culpa.

O SR. PRESIDENTE — Quero lembrar ao nobre Deputado Paulo Poli que faltam apenas 5 minutos para encerrar sua oração.

O SR. PAULO POLI — Obrigado. Nobre Deputado Ivo Thomazoni, nós sabemos, inclusive, da existência de uma série de mandados de segurança. Mas achamos que o Sr. Prefeito Municipal deveria ter tido o mínimo de sensibilidade e se reunido com os Prefeitos da área metropolitana e determinado um "quantum" para cada Município. S. Exa., o Sr. Prefeito, não aparece diretamente no assunto. Mas, porisso, fizemos um Requerimento a S. Exa. e ele não nos respondeu. Daí nossa revolta. Este Poder não pode permitir que fique esse pedido de informações sem resposta. E enquanto não obtivermos essa resposta debitaremos ao Sr. Prefeito a culpa.

O SR. FÁBIO BRAGA CÔRTEZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, lamentavelmente, o Sr. Prefeito Municipal não deu uma resposta a esta Casa com relação ao pedido de informação formulado pelos Srs. Deputados. É um problema social sério e grave, como bem definiu o Deputado Ivo Thomazoni. O que está ocorrendo com o problema de táxis de Curitiba, quero dizer a V. Exa. que o problema é tão grave que o Governo do Estado, na pessoa do Governador Emílio Gomes, aproximadamente há 20 ou 30 dias, provocou uma reunião em Palácio, onde fizeram parte o Secretário do Interior, representando o Sr. Governador, o Prefeito Municipal de Curitiba, o Diretor do Trânsito, reunião essa que o Sr. Governador provocou dada a gravidade do assunto tão palpitante, com relação aos chamados "piranhas".

Nesse debate, onde compareceram mais de 20 Prefeitos não só da região metropolitana como da Prefeitura de Curitiba, foi o problema debatido. Foi levantada a tese de que o Código Nacional de Trânsito prevê para cada Município, para cada mil habitantes, um táxi. Esse problema foi debatido nessa reunião e Curitiba tem hoje, segundo informações que recebi, perto de 600 automóveis emplacedados nos Municípios vizinhos a nossa Capital. O problema era tão sério e tão grave que o Governador, preocupado como estava e está, solicitou por intermédio do Secretário do Interior, que os Prefeitos dos Municípios vizinhos nos fornecessem placas até decisão judicial que estava para ser dada dentro de poucos dias da data daquela reunião.

Ficou assentado que os Prefeitos não dariam placas até a decisão judicial. Foi julgado o caso, Nobre Deputado Paulo Poli e foi constatado pelo próprio Trânsito que 90% das placas dadas pelas Prefeituras, foram a pessoas não residentes nos Municípios onde obtiveram as placas. Segundo foi dito na própria reunião, a Prefeitura de Curitiba, há meses atrás, liberou 600 placas e

hoje, irá liberar mais 600, mas há um pedido de mais 4 mil na Prefeitura de Curitiba.

Não estou defendendo aqui o Prefeito Municipal de Curitiba, mas apenas transmitindo o que ocorreu nessa reunião e foi dito que cada Prefeito, se libe-

Digamos que a Prefeitura Municipal de Curitiba tem um pedido de 4 mil e visse a liberar as 4 mil, daria um problema social muito maior.

Então, Nobre Deputado, foi ganho o mandato de segurança dos motoristas de táxis de Curitiba. Pelo que eu soube, hoje, o Prefeito Municipal está enviando à Câmara Municipal de Vereadores, uma lei que irá regulamentar o problema de táxis em Curitiba. Segundo informações que recebi do Secretário do Interior e Justiça, com a liberação de novas 600 placas, perto de 60% dos motoristas que emplacaram em outros Municípios, que estão na fila de solicitações à Prefeitura de Curitiba, serão atendidos. Agora, perguntarei a V. Exa., de quem é a culpa do que está ocorrendo neste momento? Será do Prefeito Municipal de Curitiba, será das Prefeituras vizinhas que liberaram as placas?

O SR. PAULO POLI — Respondo a V. Exa. e muito comodamente. A culpa do que está ocorrendo nesse exato momento é exclusivamente do Sr. Prefeito Municipal Jayme Lerner, que deixou de responder a um expediente, que esta Casa mandou a ele. Se o Sr. Jayme Lerner tivesse respondido o expediente que enviamos, de maneira tão clara como fez V. Exa., brilhante Deputado Fabiano Braga Côrtes, não estaríamos, hoje, revoltados. Estamos revoltados não porque não respondeu nosso Requerimento, mas pela irreverência, pela falta de respeito para com este Poder. O Sr. Prefeito Municipal cometeu o crime de não acatar um expediente desta Casa. Este crime não perdoo.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Não há dúvida que o Sr. Prefeito Municipal deveria ter respondido o expediente. Um problema social foi criado e pergunto: A culpa de quem é? No meu entender a culpa não cabe ao motorista, ao "piranha" como dizem, porque ele tem família para sustentar, e sim à Prefeitura do Município vizinho que liberou as placas.

O Conselho Nacional de Trânsito diz que é permitido um carro para mil habitantes. Segundo dados que foram apresentados nessa reunião em vez de trinta carros foram liberados 100. Se as Prefeituras dos Municípios vizinhos não houvessem liberado, os "piranhas" como dizem, não teriam comprado os carros pelo financiamento para trabalhar em Curitiba.

Houve erro sim, erro da Prefeitura não ter tomado uma medida antes. Tomei conhecimento, de acordo com informações do Diretor do Detran, Sr. Marcos Prado, que em Londrina, em Maringá, Apucarana, Ponta Grossa e em outras cidades grandes do Estado estava começando a mesma rotina, Prefeituras vizinhas liberando táxis para trabalharem nas grandes cidades do Estado. O mesmo problema que está ocorrendo aqui iria ocorrer lá.

O Sr. Prefeito Jayme Lerner disse a todos os Srs. Prefeitos que a Prefeitura tem um Conselho de Trânsito, presidido, segundo informações, por um homem de alta capacidade, de alto grau de conhecimento e que em razão disso a Prefeitura foi liberando os táxis de acordo com as necessidades da Cidade para não prejudicar os atuais motoristas profissionais de Curitiba. No meu entender esta liberação que o Prefeito fará de 600 táxis atenderá 60% desses chamados "piranhas".

Um problema social grave foi criado porque tem motorista que comprou carro financiado e a Justiça deu ganho de causa aos motoristas profissionais. A responsabilidade maior neste caso é da Prefeitura do Município vizinho que liberou as placas.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta apenas um minuto para se encerrar a Hora do Expediente.

O SR. PAULO POLI — Mas, me despedindo desta Tribuna, trocando em miúdos tudo isso que V. Exa. disse, o que acontece é que o motorista caiu no "Conto da placa", houve um "conto do vigário", legalizado, e o motorista é que vai pagar o preço!

Nós vamos lutar para que alguém pague, mas não o motorista de praça. Desta vez não vamos permitir que a corda arrebente para o lado da parte mais fraca porque estamos com o pequeno motorista! — (Sem revisão do orador).

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero cumprimentá-lo, nobre Deputado, pelo pronunciamento oportuno que fez V. Exa. nesta tarde, e, apenas dizer que no caso, se aplica muito justamente aquele dito popular:

"Em rio que tem piranha, jacaré nada de costas".

O Prefeito está dando uma de jacaré, dando as costas aos "piranhas" e para este Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de São José dos Pinhais (1) um trator marca Caterpillar, modelo D4-40 A, Série 1642, pertencente à Secretaria da Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria da Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com emenda em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 78-73, encaminhando anteprojeto de Lei da Proposta Orçamentária Plurianual de Investimentos da Administração Estadual, para o triênio 1974-1976. Com parecer da Comissão de Orçamento. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 94-73, encaminhando anteprojeto de Lei do qual solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta, Bancos, ou Sociedades de Economia Mista conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal C.E.F. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. — **Aprovado.**

MENSAGEM 87-73

Curitiba, 5 de outubro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que trata de operação de crédito com a Caixa Econômica Federal — CEF.

O Estado do Paraná ao aderir ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) mediante a assinatura de Convênio com o Banco Nacional da Habitação (BNH) em 23 de março de 1972, propunha-se, no prazo de seis anos, a solucionar o problema de abastecimento de água potável em seus Municípios.

Com o desenvolvimento do programa, ao encargo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), visto a excelente receptividade por parte das Prefeituras Municipais e a inclusão antecipada da solução, ao problema de esgotos sanitários já no decurso deste ano, sentiu-se a possibilidade de acelerar a sua implantação, reduzindo o prazo final.

Pelo Convênio supra mencionado, a cada valor integralizado pelo Paraná no Fundo de Financiamento para Água e Esgotos (FAE-PR), o BNH contribuirá com igual importância para o mesmo fim.

Dessa forma, se o Governo tiver recursos adicionais, à toda integralização corresponderá o dobro de possibilidade a investir no programa de saneamento do Estado.

No orçamento em execução, está consignada a importância de Cr\$ 46.826.000,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros) em "Fundos Rotativos" para fazer frente ao compromisso assumido pelo Estado.

Consultado o BNH sobre a possibilidade daquela aceleração ficar ao seu inteiro encargo, esse Órgão mostrou a inviabilidade de tal exceção visto as Normas estabelecidas dentro da filosofia do PLANASA.

Entretanto, procedeu gestões junto à Caixa Econômica Federal — CEF, para suprir as quantias necessárias ao Governo Estadual para integralizar o FAE-PR de forma a permitir o encurtamento da meta colimada.

Nsou então a possibilidade de assegurar a participação de cinco por cento da Receita Tributária Estadual durante a execução do Convênio mediante um empréstimo da ordem de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) que serão liberados em três parcelas iguais de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) nos anos de 1973, 1974 e 1975.

Os recursos desse empréstimo complementados com as dotações orçamentárias para os exercícios vindouros, garantirão a execução dos programas de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários, atendendo, respectivamente, a oitenta por cento e cinquenta por cento da população urbana do Estado até o fim da década.

Queremos ressaltar o caráter eminentemente social desse programa, cujo objetivo final é dar melhores condições de saúde e higiene à população do Estado do Paraná.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, inerecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. até o valor em Unidade Padrão de Capital — UPC correspondente a Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para serem aplicados na execução de obras do sistema de abastecimento de Água e Esgoto e convencionado nos contratos de empréstimos os juros, correção monetária, prazo, amortizações e demais condições.

Art. 2.º — Para obtenção dos empréstimos referidos no artigo anterior fica ainda o Governo do Estado autorizado a dar fiança, aval, conceder garantias ou contragarantias que forem exigidas, especialmente, nas seguintes formas:

I — vincular parcelas dos recursos provenientes da arrecadação do ICM ao pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes dos contratos de empréstimo que assinar com a Caixa Econômica Federal — C.E.F.;

II — conferir poderes à Caixa Econômica Federal — C.E.F. para levantar junto ao banco oficial depositário as parcelas dos recursos provenientes da arrecadação do ICM vinculados ao pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes dos contratos de empréstimo que assinares;

III — conferir poderes ao banco oficial depositário dos recursos provenientes da arrecadação do ICM para bloquear as parcelas vinculadas, aplicando-as no pagamento das correspondentes obrigações pecuniárias.

Parágrafo único. — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pela Caixa Econômica Federal — C.E.F. na hipótese do Governo do Estado não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a contratar com o banco oficial depositário dos recursos provenientes da arrecadação do ICM, ou seja, com o Banco do Estado do Paraná S.A., a prestação de fiança concernente aos referidos empréstimos.

Art. 4.º — O Poder Executivo deverá incluir, anualmente e durante o prazo contratual, no Orçamento Geral do Estado — Órgão Administração do Estado, os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos juros, correção monetária, amortização e resgate dos empréstimos autorizados na presente lei.

Art. 5.º — A execução do disposto nos artigos anteriores poderá efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no artigo primeiro.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 233-73

A Proposição enfocada, tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 87-73, em que o Governador do Estado solicita a este Poder Legislativo, autorização para o Poder Executivo contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. até o valor em Unidade Padrão de Capital UPC correspondente a Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para serem aplicados na execução de obras do sistema de abastecimento de Água e Esgotos e convencionado nos contratos de empréstimos os juros, correção monetária, prazo, amortização e demais condições, cumprindo desta forma imperativo constitucional.

Ressalte-se, que o empréstimo acima mencionado será liberado em três parcelas iguais de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) nos anos de 1973, 1974, 1975.

Os recursos desse empréstimo completados com as dotações orçamentárias para os exercícios vindouros, garantirão a execução dos programas de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários atendendo, respectivamente, a oitenta por cento da população urbana do Estado até o fim da presente década, salienta a Mensagem Governamental.

Consta, ainda, da presente Proposição, que o Poder Executivo fica autorizado a contratar com o Banco Oficial depositário dos recursos provenientes da arrecadação do ICM, ou seja, com o Banco do Estado do Paraná S.A. a prestação de fiança concernente aos referidos empréstimos, devendo, ainda, o Poder Executivo incluir anualmente e durante o prazo contratual, no Orçamento Geral do Estado — Órgão Administração Geral do Estado, os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos juros, correção monetária, amortização e resgate dos empréstimos autorizados na presente proposição.

A execução do empréstimo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado, ou seja, Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros).

Constitucionalmente legalmente e formalmente o Projeto é escoreito. Não há nenhum óbice que se insurja à tramitação do Projeto.

Assim sendo, opino pelo **ACOLHIMENTO** da Proposição para ulterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30-10-73

(aa) Antônio Costa — Presidente
Deputado Ovidio Franzoni — Relator
(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 233-73

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em exame busca autorização desta Casa, para que o Poder Executivo possa contrair empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no valor de Sessenta milhões de cruzeiros, para serem aplicados na execução de obras do sistema de abastecimento de Água e Esgoto.

Do ponto de vista financeiro, que se cabe examinar nesta Comissão, entendendo que a mesma está em condições de ser aprovada.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 1.973

(aa) Quilise Crisóstomo
Dep. Gilberto Carvalho — Relator
(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 244-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 86-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, dos recursos orçamentários que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

MENSAGEM N.º 86-73

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência Anteprojeto de Lei que trata de garantias a serem concedidas a operações de créditos contratadas ou a contratar entre a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR e o Banco do Brasil S.A. na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil ou diretamente com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) visto a necessidade da existência de Lei Estadual, através da qual o Poder Executivo se comprometa incluir nos próximos orçamentos os recursos necessários para que possa a Fundação IAPAR honrar nos vencimentos os compromissos assumidos.

Cumpra ressaltar que do total acima Cr\$ 12.164.000,00 (doze milhões cento e sessenta e quatro mil cruzeiros) já estão em fase de conclusão de tratativas, estando ainda o Governo do Estado em entendimentos iniciais visando à possibilidade de se realizar novo empréstimo, também destinado à Fundação IAPAR.

Por outro lado, em virtude de protocolo assinado em 10 de julho de 1973, entre o Instituto Brasileiro do Café, Secretaria da Fazenda e Fundação IAPAR o Anteprojeto contém dispositivo que determina a consignação de recursos na ordem de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros) destinados ao custeio das despesas com a manutenção da referida Fundação nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976.

As operações de crédito em questão, destinam-se a financiar programas cu projetos específicos que contribuem de forma eficaz para a diversificação da economia brasileira, inclusive projetos prioritários nos setores de fomento agrícola, tecnologia de alimentos e pesquisas e experimentação agropecuária, compreendidos no Programa "Corredores de Exportação".

Ressalte-se ainda que sobre os empréstimos de Cr\$ 12.164.000,00 não incidirão juros e que o prazo para a amortização é de 12 anos com 3 anos de carência, motivos estes, e visando atender a exigência do agente repassador, que nos levam a solicitar a Vossa Excelência a aprovação do presente Anteprojeto de Lei.

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

(a) EMÍLIO HOFFMANN GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Poder Executivo, através da Secretaria da Agricultura ou de outro órgão competente, incluirá anualmente, nos futuros orçamentos, a título de TRANSFERÊNCIAS à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, os recursos orçamentários necessários ao pagamento de:

I — amortização do principal e demais encargos financeiros, inclusive correção monetária ou diferença de câmbio, relativos à operações de crédito, contratadas ou a contratar pela Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR com o Banco do Brasil S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil, ou com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros);

II — custeio das despesas com a manutenção da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR, nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976, incluindo-se os gastos com pessoal administrativo e técnico contratado para a execução de trabalhos de pesquisa e experimentação, no mínimo de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros), de conformidade com o protocolo assinado em 10-7-73 entre o Instituto Brasileiro do Café, a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e a Fundação IAPAR.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 244-73

O Projeto de Lei enfocada, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 86-73, encaminhando para aprovação por esta Casa de Lei, Proposição que trata de garantias a serem concedidas a operações de crédito contratadas ou a contratar entre a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR e o Banco do Brasil S.A. na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil ou diretamente com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) visto a necessidade da existência de Lei Estadual, através da qual o Poder Executivo se comprometa incluir nos próximos orçamentos os recursos necessários para que possa a Fundação IAPAR honrar nos vencimentos os compromissos assumidos.

Deve-se ressaltar que do total acima Cr\$ 12.164.000,00 (doze milhões, cento e sessenta e quatro mil cruzeiros) já estão em fase de entendimentos iniciais visando à possibilidade de se realizar novo empréstimo, também destinado à referida Fundação.

Ainda, em virtude de protocolo assinado em 10 de julho de 1973, entre o Instituto Brasileiro do Café, Secretaria da Fazenda e Fundação IAPAR o Projeto contém dispositivo que determina a consignação de recursos na ordem de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros) destinados ao custeio das despesas com a manutenção da referida Fundação nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976.

Faço o acima exposto, proposição, constitucionalmente, legalmente, formalmente, é escoreita.

Destarte, está em condições de ser acolhida pela Casa.

Opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30-10-73

(aa) Antônio Costa — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 244-73

Assinado pelo Senhor Governador do Estado, a proposição em exame pretende incluir anualmente, nos futuros orçamentos, a título de transferências à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, recursos necessários a pagamento de custeio das despesas com a manutenção daquela instituição.

Examinando a matéria sob os seus aspectos financeiros, concluo o meu parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 1.973

(aa) Quilise Crisóstomo — Presidente
Dep. Gilberto Carvalho — Relator
(Assinaturas Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constantes do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem e dinâmico Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Senhor Carlos Alberto Ribeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo ato do Conselho Federal de Educação, que em data de ontem aprovou o processo de reconhecimento da Universidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela transcurso do 26.º aniversário do Município de Jaguapitã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Igo Losso e Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 26.º aniversário do Município de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando apelo ao Governador do Estado no sentido de que seja determinado ao Departamento competente a realização de estudos visando a construção de um Centro de Saúde, no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, em todos os seus termos a "Mensagem ao Presidente Emílio G. Médici" e o "Documento Final", ambos resultantes do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores realizado em Porto Alegre. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja dirigido ao Sr. Governador do Estado, expediente contendo solicitação no sentido de que seja implantado na Escola "Padre Arnaldo Jansen", do Distrito Judiciário de Ouro Verde, Município de

Toledo, a partir do ano letivo de 1974. o novo sistema de ensino fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, lido da Tribuna, solicitando seja reservado o Grande Expediente da Sessão do dia 29 do corrente ao Sr. Edgar Withers, a fim de que o mesmo com seus altos conhecimentos, venha a realizar a sua palestra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que se digno determinar a extensão dos benefícios provenientes da instalação de rede de energia elétrica para as localidades de Central Santa Cruz que dista 12 kms. da sede do Distrito de Cafelândia. no Município de Cascavel e Bragança, localidade no Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nach, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a construção e pavimentação da Rodovia PR-14. a qual ligará as cidades de Cascavel — Cafelândia — Nova Aurora — 4.º Centenário — Goioerê e Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Meneses, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 9, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO PLENA- REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1973.

MENSAGEM AO PRESIDENTE EMÍLIO G. MÊDICI

“Os participantes do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores, realizado em Porto Alegre entre 9 e 12 de outubro de 1973, sob os auspícios do Governo do Rio Grande do Sul e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, vem manifestar a Vossa Excelência a segurança do seu apreço e o reconhecimento coletivo — em seu próprio nome e em nome das unidades federativas que representam — pelo muito que a Revolução, através do seu 3.º Governo, realiza em favor da causa do menor.

Assinalam, com inteira justiça, que foi no Governo Médici que surgiu e se cristalizou a intenção de mobilizar as autoridades executivas de todos os Estados, Territórios e Distrito Federal, visando a encontrar fórmulas que permitam fortalecer e ampliar o impulso de renovação técnica, moderna metodologia e ação humanística, contido na Política Nacional do Bem-Estar do Menor. E consideram significativa a oportunidade de terem participado, no Rio Grande do Sul, do II Encontro que assinala nova e decisiva fase da integração de esforços entre a União e os Estados para equacionamento e solução do problema da marginalização da infância e da juventude.

Ao assegurarem, a Vossa Excelência, à comunidade brasileira, a realização de esforços, permuta de experiências, avaliação de trabalhos efetuados e adoção de novos enfoques principalmente no campo da prevenção, — que irão viabilizar em prazo mais consentâneo com o desenvolvimento do País, o bem-estar do menor — reafirmam a determinação de continuarem a colaborar e a construir, no campo social, o processo de autovalorização nacional, que tanto foi fortalecido na patriótica administração de Vossa Excelência.

Porto Alegre, 12 de outubro de 1973

III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS, PRESIDENTES DE FUNDAÇÕES DE BEM-ESTAR E DIRETORES DE SERVIÇOS DE MENORES

DOCUMENTO FINAL

Os Participantes do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores, realizado em Porto Alegre, entre 9 a 12 de outubro de 1973, havendo examinado o tema “PREVENÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO DO MENOR”.

CONSIDERANDO

que existe estreita correlação entre a situação do menor marginalizado e a luta pelo desenvolvimento nacional;

que estaremos assistindo a uma sangria nos recursos humanos da nação enquanto continuarmos a perder a capacidade de trabalho, o talento criativo, a cooperação de tantos brasileiros que se encontram sem meios para alcançar um status mais elevado na comunidade, no período da infância e da adolescência;

que no nefesa do menor carente, está o reflexo direto da luta pela justiça que todos almejamos, a reafirmação do nosso senso de responsabilidade como povo e a dimensão do nosso sentido de dignidade humana;

que se percebe facilmente o agravamento dos problemas sociais, com descompassos de tendência multiplicadora e difícil correção;

que o Brasil vem tentando sensibilizar as comunidades no sentido de fazê-las entender que a prevenção da marginalização é caminho muito mais seguro para obter a redução substancial da incidência de graves problemas sociais, do que a internação pura e simples;

que o prejuízo sofrido pela nação com a marginalização de menores afasta uma grande parcela da população do processo de desenvolvimento; acarreta despesas elevadas com os programas de reeducação; impossibilita a liberação de novas forças criadoras, capazes de modificar e melhorar as condições gerais de vida do País; agrava o problema penitenciário e traz fatal contribuição para a desagregação da família, aumentando de maneira quase irreversível a desorganização social.

RECONHECEM QUE

1. A Política Nacional do Bem-Estar do Menor, formulada, implantada e fiscalizada pelo Governo Federal através da FUNABEM, contém, as diretrizes necessárias para ampliar a prevenção como processo de atuação hábil no campo do menor;

2. O Plano de Prevenção da FUNABEM constitui importante lastro experimental que fornece subsídios para a realização de novas e necessárias atividades na área, a cargo dos organismos estaduais e municipais;

3. As Unidades da Federação vêm desenvolvendo esforços consideráveis, visando a mudar o enfoque assistencialista do menor para o trabalho preventivo. Para isso muito tem contribuído as reuniões anuais de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores, promovidos pela FUNABEM, em cooperação com os Estados.

NÃO OBSTANTE E RECONHECENDO O ESFORÇO NACIONAL DE NOVA VISUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DO MENOR. JULGAM NECESSÁRIO

1.º sub-tema: Programas de Prevenção — Experiência da FUNABEM — Plano de Prevenção — Outros Programas

I — Inserir nos programas de ação comunitária os princípios que informam a política de bem-estar do menor, ensejando, assim, medidas de fortalecimento moral da família, com a consequente tendência a elevação dos padrões da paternidade responsável;

II — Aplicar, na efetivação dos programas preventivos a metodologia obtida pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor a partir de projetos desenvolvidos no seu Plano de Prevenção;

III — Obter a maior participação da Escola e da Universidade nos programas preventivos a serem executados pelos organismos estaduais, principalmente mediante a inclusão de atividades curriculares que permitam o aprimoramento do caráter dos jovens com apoio em valores éticos, na dedicação à família e à comunidade.

IV — Realizar programas preventivos em várias modalidades nas condições condicionantes da marginalização através da construção de centros sociais ou comunitários, bem como outros programas que possibilitem o fortalecimento da família, utilizando recursos adequados;

V — Mobilizar maiores recursos nas áreas governamentais de todos os níveis, objetivando aperfeiçoar e ampliar os programas de bem-estar do menor.

2.º sub-tema: O Menor Infrator e a Prevenção da Marginalização.

I — Basear a atuação pedagógica dos programas específicos de reeducação do menor nas diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor em obediência ao art. 16 da Lei 4.513, de 1.º de dezembro de 1964;

II — Confiar os menores com problemas de saúde física e mental aos cuidados de organismos responsáveis por tratamento especializado;

III — Implantar programas abertos com o objetivo de exercer ação pedagógica sobre as comunidades atingidas pelo processo de marginalização de forma a obter sua progressiva integração no sistema de organização social do País;

IV — Executar programas de profissionalização, com recursos e currículos ajustados às peculiaridades do mercado de trabalho capazes de criar atitudes que favoreçam a integração do menor na sociedade;

V — Promover esforços visando a maior conscientização dos meios de comunicação acerca do papel positivo que lhes cabe desempenhar no trabalho preventivo da marginalização do menor;

VI — Sugerir a criação de Varas de Menor, nas capitais e comarcas de grande densidade demográfica e o estabelecimento de convenios para aprimorar a ação conjunta entre os Juizados e os organismos executivos;

VII — Estimular a adoção do instituto da liberdade vigiada, com ampla integração entre autoridades judiciárias e executivas, procurando aproveitar os estímulos que a referida prática oferece para a prevenção;

VIII — Incentivar a pesquisa mediante a colaboração técnica e financeira da FUNABEM, descentralizando sua execução através dos organismos estaduais.

3.º sub-tema: Treinamento de Pessoal para atuar em Programas de Prevenção da Marginalização do Menor.

I — Ressaltar a importância fundamental dos recursos humanos especializados para o planejamento e a ação dos programas preventivos da marginalização;

II — Preparar, em caráter prioritário, pessoal em todos os níveis, de forma a que o processo de mudança ocorra de maneira a elevar progressivamente o padrão de atendimento;

III — Recomendar, aos Estados e Municípios ainda não engajados no Plano de Prevenção da FUNABEM, a aderirem aos programas existentes para a implantação de seus próprios núcleos de preparação de pessoal;

IV — Acentuar a importância, essencial, da participação de voluntários no processo de trabalho comunitário e na execução da Política de Bem-Estar do Menor;

V — Sugerir: a inclusão, nos currículos mínimos dos cursos de ciências humanas, de disciplinas relativas ao menor; a realização de cursos universitários de especialização pertinentes ao bem-estar do menor; a instituição de estágios obrigatórios de universitários em entidades que tratem do problema do menor;

VI — Sugerir a extensão do regime de bolsas de trabalho ao campo específico do menor, com base na regulamentação existente para a comissão de bolsas educacionais;

VII — Frisar que, na formação prioritária e sistemática de pessoal habilitado para tratar do menor, deve existir nível adequado de informação em todos os escalões, aptidão técnica e amor ao ser humano, como condições básicas para eficiência dos programas e integração das equipes interprofissionais;

VIII — Apoiar a atuação do Centro de Preparação e Desenvolvimento de Pessoal Milton Campos (CEDEP), da FUNABEM, entendendo ser fundamental que os organismos estaduais na indicação de nomes, atendam as exigências de seleção e recrutamento exclusivo entre elementos que atuam na área de atendimento ao menor;

IX — Apoiar os esforços da FUNABEM para criação de centros de pessoal nos Estados, Territórios e Distrito Federal;

X — Implantar uma área de Relações Públicas e Comunicação Social em todos os programas de treinamentos de pessoal, com disciplinas e práticas orientadas por profissionais habilitados e registrados na Ordem das Relações Públicas do Brasil, a fim de viabilizar, com boa técnica, a indispensável participação comunitária no equacionamento do problema do menor nas unidades federativas.

Porto Alegre, 12 de outubro de 1973

Relação Geral dos Participantes do III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações de Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores. De 9 a 12 de outubro de 1973 em Porto Alegre-RS.

SECRETÁRIOS ESTADUAIS

CHEFES DA CASA CIVIL	2	TÉCNICOS DA FUNABEM E FEBEM-RS	21
CONSELHEIROS DA FUNABEM	10	CONVIDADOS	4
PRESIDENTES DE FUNDAÇÕES E DIRETORES DE SERVIÇOS DE MENORES	16	CONFERENCISTAS	3
CONSELHEIROS DA FEBEM-RS	5	REPRESENTANTES DA FUNABEM NOS ESTADOS	4
DIRETORES DE DEPARTAMENTOS	15	ASSISTENTES DE COORDENAÇÃO	3
ASSESSORES	14	TOTAL	114